

Hugo Machado da Silva ° Sérgio Leopoldo Fernandez

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo

Faculdade de Arquitectura

Universidade do Porto, Portugal

hugomachadodasilva@gmail.com ° atelier15@gmail.com

A Roça de São Tomé e Príncipe: Desígnio e Projecto

O presente artigo procura contribuir para o entendimento das estratégias da colonização Portuguesa, nomeadamente em território Africano, que utilizam assentamentos do tipo agrícola-industriais como elemento nuclear de estruturação, de transformação da paisagem e construção cultural de comunidades. Tomando como ponto de partida alguns exemplos que povoam o universo do caso de estudo - roças de São Tomé e Príncipe durante o ciclo do café e do cacau (finais século XIX até meados século XX) - pretende-se demonstrar que a materialização destas estruturas coloniais resulta de um intenso processo de especialização, que congrega a adaptação de métodos e modelos des/conhecidos ao universo português não só a uma geografia concreta, mas também a uma realidade socioeconómica em constante mutação.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe, aglomerados agrícolas, roça, cacau, café

This article seeks to contribute to the understanding of the strategies of the Portuguese colonization, particularly in African territory, using agricultural/industrial settlements as a core element of organization, landscape transformation and cultural construction of communities.

Taking as a starting point a few examples that populate the universe of the case study - Roças of São Tomé and Príncipe during the cycle of coffee and cocoa (late nineteenth century until the mid twentieth century) - is intended to demonstrate that the materialization of these colonial structures result from an intense process of specialization, which congregates the adaptation of methods and models un/known to the Portuguese universe not only to a specific geography, but also to a ever-changing socio-economic reality.

Keywords: São Tomé and Príncipe, agricultural settlements, roça, cocoa, coffee

Introdução

O artigo encontra-se estruturado segundo três momentos: introdução, corpo do artigo e conclusões. No presente momento, o primeiro, procura-se enquadrar o artigo na investigação que o suporta. Deste modo, será identificada a natureza do problema, ou tese, que dá o mote à investigação, a essência do estado da arte no domínio abordado, o objectivo do artigo e sua relevância para fazer progredir o estado do conhecimento, bem como a metodologia proposta.

Num segundo momento descreve-se, de uma forma pormenorizada, os pontos relevantes do trabalho realizado. Por último, num terceiro momento, apresentam-se as conclusões do artigo, bem como futuras linhas de investigação.

O presente artigo surge no âmbito de uma investigação para doutoramento, desenvolvida pelo doutorando Hugo Machado da Silva, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), inserida no Centro de Estudos e Urbanismo (CEAU), sob a orientação científica do Professor Sérgio Fernandez e financiada através de Bolsa de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

O projecto de investigação pretende colaborar para expansão do conhecimento, de natureza científica, da temática do património arquitectónico de origem portuguesa, estando o seu âmbito geográfico circunscrito a África, mais precisamente a São Tomé e Príncipe, durante o ciclo do café e do cacau (finais do século XIX até meados do século XX).

O caso de estudo define-se num extenso universo de assentamentos do tipo agrícola-industrial, comumente designados de roças, responsáveis pela estruturação do território segundo redes hierarquizadas e infra-estruturadas, em que os elementos são pensados e desenhados para desempenhar uma função específica e onde cada elemento ou edifício constitui uma peça chave num conjunto.

Procuram-se investigar os métodos e abordagens, soluções de vanguarda, quer a nível dos métodos de produção, quer a nível da materialização dos assentamentos, que tornaram possível um intenso processo de transformação destas ilhas num dos maiores produtores de cacau a nível mundial, para servir o propósito do projecto colonial.

Pretende-se comprovar que o processo de materialização das roças de São Tomé e Príncipe se caracteriza, não só pela adaptação de métodos e modelos des/conhecidos ao universo português a uma realidade concreta, mas também a uma realidade socioeconómica em constante mutação. Em suma, pretende-se demonstrar que as explorações que ainda hoje podemos visitar não resultam de um desígnio prévio, assente em modos e práticas de construção experimentadas noutras geografias, mas de todo um processo evolutivo, que se estende durante décadas, que alia esses mesmos modos e práticas a uma geografia específica, a diferentes momentos de investimento (determinados pelas cotações do cacau e do café), à introdução de novas técnicas e infra-estruturas de produção e a determinantes convulsões sociais (transição de um sistema cripto-esclavagista para um de serviços contratados).

Segundo Water Rossa (2007) no cerne da temática da investigação - património

arquitectónico e urbanístico de origem portuguesa - a problemática em torno da existência, ou não, de um relacionamento entre arquitectura, território e sociedade, inicialmente desenvolvida por arqueólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores é hoje maioritariamente investigada por arquitectos.

No caso de São Tomé e Príncipe, mais especificamente das roças, a identificação, documentação e mais prementemente, a investigação da arquitectura e urbanismo de origem portuguesa não se encontram, até ao presente momento, salvaguardados. O trabalho, desenvolvido ao longo de várias décadas, por outros colegas investigadores, na sua grande maioria de outros âmbitos disciplinares díspares do da arquitectura, resultou num conjunto de informação de elevado interesse, que no entanto não permite uma leitura/análise arquitectónica ou urbanística do património existente.

Assim, os estudos e publicações de referência são marcadamente do âmbito etnográfico, histórico e geográfico, fomentados numa primeira fase pela introdução das culturas do café e do cacau (Negreiros, 1895, 1897, 1901, 1909), (Campos, 1907, 1912, 1920), (Mantero, 1910) e numa segunda fase por um forte investimento no território (Campos, 1944, 1955, 1956a, 1956b), (Tenreiro, 1949, 1951, 1953, 1956, 1961a, 1961b). Apenas recentemente a investigação enveredou por outros âmbitos, nomeadamente o social (Garfield, 1971), (Hodges e Newitt, 1988), (Seibert, 2002), (Nascimento, 2002), (Moura, 2004).

Também no campo da investigação de arquitectura existiram já alguns estudos, ainda que direccionados para a inventariação. É de referir o trabalho efectuado por uma equipa multidisciplinar, que se deslocou ao arquipélago e desenvolveu uma série de levantamentos e recolha de informação, maioritariamente registos fotográficos, esquemas de implantação e características gerais de um universo restrito de roças (Lima, Guedes, Guedes, 1987).

Também no meio académico têm surgido investigações que centram a sua atenção na referida temática. No entanto, estas dissertações ou abordam diferentes linhas de investigação ou são, por natureza, curtas reflexões teóricas que abordam a informação pré-existente, não se traduzindo na adição de novos dados ou na sua posterior análise.

Em suma, a presente investigação, no âmbito disciplinar da arquitectura e do urbanismo, pretende contribuir para a colmatação de uma evidente lacuna na História da Arquitectura Portuguesa, uma vez que os estudos existentes referem a vertente arquitectónica mas não a analisam. Esta investigação torna-se ainda mais pertinente dado o estado de conservação dos elementos que povoam o universo do caso de estudo. Nesta perspectiva torna-se premente não só inventariar, mas também levantar o património de origem portuguesa em São Tomé e Príncipe e avançar para a sua análise e investigação. O seu interesse e aplicabilidade extrapolam, tanto o âmbito do caso de estudo, como o do próprio domínio da arquitectura, pelo que o seu labor poderá ser benéfico a um alargado conjunto de investigadores e entidades, das mais variadas disciplinas que abordem um alargado leque de temáticas nas mais diversas geografias.

Todas as tarefas referentes a levantamentos das estruturas coloniais das antigas

Empresas Agrícolas de São Tomé e Príncipe foram efectuadas em conjunto com a Arquitecta Ana Luísa da Silva Fernandes, Doutoranda da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob a orientação do Professor Doutor Manuel Fernandes de Sá e do Professor Doutor Rui Fernandes Póvoas, cuja investigação está relacionada com Micro-Estruturas de desenvolvimento, tendo São Tomé e Príncipe como caso de estudo.

A cooperação entre as duas investigações, materializada na produção de uma base de dados única, possibilita não só ampliar os elementos que constituem a amostragem, mas também abordar o levantamento de cada estrutura agrícola de uma forma mais pormenorizada (através da utilização de escalas de trabalho mais associadas ao edificado), permitindo a recolha de mais elementos e características. Em suma, a colaboração facultou uma importante sinergia de investigação e partilha de informação, a ser desenvolvida posteriormente segundo perspectivas autónomas e diferenciadas - uma segundo uma vertente mais histórica, génese e evolução das estruturas agrárias, outra sob a perspectiva do desenvolvimento.

O trabalho de campo foi alicerçado tanto na listagem de 112 Empresas Agrícolas (sedes e dependências), patente na investigação Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe (Lima, Guedes, Guedes, 1987), como no trabalho de campo desenvolvido em colaboração com a Doutoranda Arquitecta Ana Luísa Fernandes. Deste modo, a equipa procurou expandir, detalhar e operacionalizar a informação existente, empregando uma metodologia de trabalho que resultou não só das tarefas executadas, mas também da sua posterior análise crítica.

A amostragem cifra-se, no presente momento, em 68 conjuntos de levantamentos arquitectónicos, compostos por desenhos cotados e fotografias, aos quais se adicionam outros conjuntos compostos apenas por levantamentos fotográficos.

Cada Empresa Agrícola ou Roça foi entendida como um conjunto arquitectónico devidamente definido, localizado e georreferenciado, sendo o seu levantamento arquitectónico organizado e desenvolvido da escala do conjunto, através do desenho cotado de uma planta geral esquemática (desenho de perfis de terreno sempre que se justifique), até à escala do objecto arquitectónico, através do desenho cotado da implantação e fachada principal de cada edifício que compõe o conjunto.

Para cada elemento da amostragem foi elaborada uma ficha de levantamento específica onde se estabeleceram os campos a serem inquiridos: função, área, características físicas e construtivas e ainda o estado de conservação.

Corpo do Artigo

O património arquitectónico ainda hoje existente em São Tomé e Príncipe, que é abrangido pela presente investigação, apresenta sinais de inúmeras colagens, ampliações e demolições, aliás este é também dos aspectos que lhe conferem uma inegável qualidade e interesse. No entanto, nem todas estas operações se enquadram no âmbito temporal da investigação, remontando, muitas delas, a intervenções ocorridas na pós-independência. Por outro lado, uma vez que procuramos indícios de um processo

de especialização, muitas das características ou exemplos necessários à investigação remontam ao século XIX, sendo hoje, na sua grande maioria, inexistentes.

Deste modo, a investigação socorrer-se-á de dois tipos de informação: uma resultante da recolha nos mais diversos registos bibliográficos (publicações, teses, cartas, registos históricos); outra recolhida através do trabalho de campo. Em conjunto, as duas fontes de informação procuraram formar um retrato fiel da evolução dos assentamentos dentro do hiato temporal pretendido.

Dada a natureza do presente artigo não se procura, neste momento, apresentar uma contextualização muito detalhada e extensa do processo de colonização do território de São Tomé e Príncipe. Esta contextualização será apresentada apenas como suporte ao presente artigo, procurando, acima de tudo, ir de encontro à sua finalidade.

Significado e Origens: Reflexão bibliográfica

O processo de colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe não se caracteriza, na sua essência, pela singularidade ou por uma especificidade decorrente das suas características geográficas. De um modo geral, pode-se afirmar que a metodologia de apropriação do território ocorreu de acordo com o que havia já sido testado e ensaiado pelos portugueses, noutras regiões insulares do Atlântico¹. Segundo Francisco Tenreiro (1961a, p. 651), a ocupação das ilhas recorreu a uma série de premissas comuns a quase todas elas². Estávamos, deste modo, perante um plano estratégico que aplicava a um conjunto de territórios que abarcavam um espectro geográfico de ampla dimensão³, um mesmo conjunto de conceitos e normas, aparentemente, indiferente às especificidades geográficas e climatéricas de cada ilha ou arquipélago.

Em São Tomé e Príncipe, assim como na generalidade dos outros territórios, o processo de ocupação e apropriação do território fez-se por entre o derrube do mato (*Obó*⁴) e a instalação de grandes estruturas agrícolas, seguindo o modelo *plantation*⁵. Este sistema, de inúmeras repercussões, primeiro na colonização da América e mais tarde na África e Ásia, consistia num sistema agrícola baseado na monocultura de exportação, recorrendo a latifúndios e a numerosa mão-de-obra escrava. A natureza dos seus produtos, o facto de se tratar de bens de exportação, dependentes das cotações dos mercados internacionais, conferia às *plantations* um elevado grau de complexidade e disciplina administrativa. Na sua estrutura podem-se observar os campos dedicados à cultura por produto de rendimento garantido, as matas⁶ e também o terreiro, peça central do aglomerado agrícola. No terreiro podíamos encontrar a casa da administração (a casa grande dos engenhos Brasileiros) e as sanzalas⁷.

¹ Casos dos Arquipélagos da Madeira e Açores e das Ilhas de Cabo Verde.

² 1) introdução de população livre e população escrava; 2) introdução de culturas lucrativas, uma das quais desempenhou papel de grande importância no desenvolvimento dos arquipélagos: a cana-de-açúcar; 3) política de atracção de comerciantes e técnicos estrangeiros; 4) estímulo de cruzamentos entre europeus e africanos com o fim de se criar população "nova" e livre; 5) substituição gradual do regime de escravidão por servidão atenuada; 6) tentativa de transplantação de culturas de subsistência do Mediterrâneo para os arquipélagos; 7) circulação de homens e produtos da África, da América tropical e da Índia para as ilhas; 8) radicação de sistemas administrativos e agrários vulgares no Sul da Europa nas Ilhas Atlânticas e nas do golfo da Guiné, tais como o regime de donatários e as organizações agrárias que prenunciam os sistemas capitalistas de exploração da terra (roças ou plantações). (Tenreiro, 1961a, p. 651)

³ Desde os Açores, a 40° Norte, até São Tomé e Príncipe, atravessado pela linha do Equador.

⁴ Denominação utilizada em São Tomé e Príncipe para definir mato.

⁵ A utilização da palavra inglesa *plantation* surge das várias interpretações possíveis da aplicação da tradução para o português: plantação.

⁶ Terrenos destinados a futuras expansões, ou à rotatividade das culturas consoante a necessidade.

⁷ Habitações destinadas aos escravos ou, dependendo do enquadramento temporal, serviços contratados.

Este espaço significava mais do que apenas o centro da função habitacional destas estruturas, era também o centro do sistema de produção; local de instrução dos trabalhadores, de secagem dos produtos e nó organizativo de todas as outras peças que compunham a *plantation*: armazéns, oficinas, secadores e refeitórios.

Segundo Francisco Tenreiro (Tenreiro, 1961a, p. 654), este tipo de estrutura agrícola é visível em muitas das explorações agrícolas, decorrentes do colonialismo português, não apenas pela sua organização física, mas também na sua organização administrativa e social.

A roça de São Tomé é sinónimo da fazenda do Brasil (do cacau e do café), como também da finca de Fernando Pó – todos estes estabelecimentos apresentam o mesmo estilo inconfundível. (Tenreiro, 1961a, p. 654)

Definidos os traços gerais, orientadores da expansão (ocupação dos territórios insulares) tornasse pertinente reflectir acerca do modo de disseminação do modelo em São Tomé e Príncipe.

Na sua génese, a palavra roça significa o desbaste de terras para dar lugar a culturas. Assim, após o abate das árvores, ou roça do mato, passa-se à queimada, de modo a preparar o solo para a cultura a plantar. Este é um sistema quase que universal, encontrando repercussões por toda a Europa, sendo mais tarde exportado para as respectivas colónias. Em São Tomé e Príncipe tendo sido, no início da colonização, necessário proceder à abertura de roças para o plantio de milho como meio de subsistência e autonomia territorial, rapidamente essa significação transpôs o âmbito da técnica, passando a significar o próprio campo de cultivo, à semelhança do Brasil.

A palavra “roça” representaria na ilha de São Tomé, desde o século XVI até meados do século XIX, um pequeno estabelecimento agrícola, que, tendo resultado do acto de roçar, se destinava a culturas de subsistência. (Tenreiro, 1961b, p. 142)

Tal como nos relata Tenreiro, esta designação duraria até meados do século XIX, altura em que este território sofreu um intenso processo de transformação, uma vez que até esta altura a estrutura agrária do território se encontrava totalmente dedicada a um único produto de rendimento garantido, a cana-de-açúcar.

Os engenhos do açúcar, as estruturas agrárias decorrentes do plantio da cana e da produção do açúcar, eram, na sua generalidade, estruturas que se identificavam pela sua funcionalidade e por um relacionamento íntimo com a envolvente. Ao mesmo tempo que nos surgem quase como prolongamentos da paisagem, revelam a sua verdadeira natureza: uma verdadeira máquina de produção intensiva. Seja pela grandeza da sua dimensão, pela especificidade cultural incutida pelo produto do seu labor, ou pelo poderio económico e social de que usufruíam os seus donos, estas estruturas herdaram o seu nome da peça central do processo de produção a que estavam destinadas: o engenho.

Uma outra designação bastante comum neste espaço temporal para designar propriedades de grandes dimensões era o termo “fazenda”. Enquanto em Portugal continental a expressão “ter fazenda” significava ser possuidor de terras de pão e de gado (Tenreiro, 1961b, p. 143), em São Tomé o seu significado era algo díspar. Englobando no seu sistema não só a cultura de produtos de rendimento garantido, mas também a cultura de produtos de subsistência, exploração de madeiras e por vezes algum gado, constituíam-se segundo aglomerados de grande dimensão e complexidade.

Tanto as fazendas como os engenhos nunca assumiram um papel de relevância dentro do panorama São Tomense, visto que ambos os modelos não se assumiram como estruturas economicamente rentáveis. Enquanto as primeiras não apresentavam um volume de exportação relevante, derivado à sua natureza de estrutura de policultivo, a natureza das segundas, o cultivo da cana no território de São Tomé e Príncipe, não apresentava uma performance que permitisse a concorrência com os engenhos Brasileiros.

O fracasso económico dos modelos ditou o abandono relativo das ilhas durante aproximadamente 200 anos, permitindo que o mato invadisse os terrenos de cultivo e as estruturas agrárias, entretanto desprotegidas.

Um novo ciclo de povoamento e forte humanização do território deu-se com a introdução de duas novas culturas: primeiro o café e mais tarde o cacau. Foi, deste modo, que em meados do século XIX se sentiu mais uma vez a necessidade de efectuar roças e domar o mato com vista ao estabelecimento de novos aglomerados agrícolas que respondessem às exigências de um novo tipo de cultura.

Segundo Tenreiro as primeiras plantações fizeram-se aproveitando os antigos engenhos, aproveitando a infra-estruturação já realizada e empurrando de novo o obó para o interior da ilha.

Mas foram os engenhos que estiveram na base das actuais propriedades da ilha de São Tomé, e não as roças alimentares nem as fazendas de policultivo dos séculos XVI a XIX. Recuperados, a partir da segunda metade do século XIX, os terrenos dos velhos engenhos, vieram dar lugar às actuais roças da ilha. (Tenreiro, 1961b, p. 143)

Se por um lado estas novas propriedades não herdaram o nome dos engenhos, marcado pelo fracasso económico e por uma cultura específica de um produto diferente, seriam apelidadas de fazendas durante algum tempo⁸. No entanto, todo o sistema de organização e hierarquização funcional, bem como todo o sistema social assentavam nos moldes dos velhos engenhos.

Mas a moderna roça não herda só do engenho o seu próprio território, muitas vezes o nome local, como, nas suas linhas gerais, se justapõe à estrutura económica e administrativa daquele. Organismo agrário dedicado a culturas comerciais, reata, cerca de duas centúrias após o “pousio”, as funções económicas e sociais que o engenho desempenhara nos séculos XVI e XVII. (Tenreiro, 1961b, p. 146)

⁸Motivo pelo qual até certa altura se torna difícil contabilizar o número de roças existentes nas ilhas.

A par do próprio território e da estrutura administrativa e social, a roça herdou do engenho a estrutura, o sistema espacial que organiza as propriedades. Nos seus traços gerais a estrutura é a mesma: no centro o terreiro, antigo local do engenho ou moenda do açúcar, agora assumindo todo o protagonismo enquanto centro administrativo e social. Ao seu redor todas as estruturas administrativas e infra-estruturas associadas à produção: a casa da administração (a casa grande do engenho), o hospital, a capela, os armazéns, as oficinas e as sanzalas. Por último, rematando a periferia da estrutura, os campos de cultivo e as matas.

Ciclo do café e do cacau: Um novo paradigma

Ao nível do território este novo ciclo caracterizou-se pela expansão das lógicas e metodologias de ocupação pontual. A rentabilidade do café e do cacau, a possibilidade da sua plantação a altitudes mais elevadas e um processo produtivo que não dependia directamente dos cursos de água, potenciou uma apropriação da paisagem que se estendeu para lá da orla costeira, dispersando-se pelo território à excepção das áreas de difícil acesso.

Segundo José Manuel Fernandes (2005) as propriedades agrícolas, agora denominadas de roças, funcionavam como os focos povoadores estruturadores do território, descrevendo uma rede “*proto-urbana*”, não só porque são elas que na realidade materializam a fixação à terra, mas também por que introduzem no contexto São-Tomense todo um conjunto de equipamentos (hospitais/enfermarias, escolas/creches, capelas e oficinas), infra-estruturas (caminho-de-ferro, portos de mar) e modos de habitar, frequentemente, associados à contemporaneidade. Desta forma, as roças representavam autênticas micro-cidades, muitas vezes auto-suficientes, que dependiam do exterior apenas para o escoamento do seu produto.



Figura 1 - Roça Uba Budo - Formatura [IICT].



Figura 2 - Condução dos serviçais ao trabalho [IICT].

As ligações estabeleciam-se, maioritariamente, entre as pequenas propriedades, as dependências, e as grandes propriedades pólos de produção e destas para as roças com porto de mar que concentravam todos os serviços de logística de exportação. Deste modo, cada peça da rede desempenhava um papel específico (plantação, produção e exportação), sendo a sua constituição e organização perfeitamente adequada à sua função. A sua originalidade e qualidade resultam acima de tudo na leitura do seu conjunto e não das partes que o compõem.

Os escassos recursos tecnológicos ditavam a necessidade de um elevado número de mão-de-obra, para executar, na maior parte das vezes, um trabalho intensivo. Este factor, aliado ao isolamento próprio de um território virgem, traduziu-se na formação de aglomerados agrícolas que almejando a maior concentração possível de mão-de-obra, ditavam a criação de micro-sociedades ao serviço da produção. Desta forma, as roças exprimiam na paisagem São Tomense a imagem de um verdadeiro aglomerado. Uma comunidade, fortemente hierarquizada e complexa, composta por grupos sociais bem definidos: os proprietários, dirigentes, capatazes e trabalhadores (escravos ou mais tarde, serviçais contratados). Nestes locais, a ordem social derivava do trabalho, do isolamento e das regras sociais impostas pelos donos das plantações, que se reflecte num sistema urbanístico que deu lugar à criação de subculturas, identidades e significações específicas.



Figura 3 - Roça Monte café - Formatura [IICT].



Figura 4 - Roça Monte café - Formatura [IICT].

Conclusões

Especialização: Métodos e Lógicas de Actuação

O trabalho desenvolvido por outros colegas investigadores sugere que o processo de colonização das ilhas de São Tomé e Príncipe ocorreu em conformidade com os padrões de colonização portuguesa. A actuação pauta-se, primeiramente, por um carácter pragmático, fortemente vocacionada para o mercantilismo, para a ocupação da orla costeira, dos portos essenciais para as exportações de produtos oriundos das penetrações fluviais. É apenas quando as condições económicas e socioculturais o permitem (rendimentos do cacau e do café) que se põem os problemas dos traçados mais claros e unificadores (forte investimento na infra-estruturação do território e nos assentamentos agrícolas). Numa visão mais generalista, em conformidade com os padrões de colonização portuguesa, o que se perdia em racionalidade, ganhava-se muitas vezes na singularidade dos traçados urbanísticos e dos conjuntos arquitectónicos.

Neste sentido, entende-se o ciclo do café e do cacau como um processo evolutivo que especializa os modos e práticas anteriormente experimentados pelos portugueses, a uma cultura específica (café e cacau), a uma geografia específica (ilhas de São Tomé e Príncipe) e é determinado por inúmeros factores económicos (cotação

internacional do cacau), sociais (transposição de um sistema de escravatura para um de serviçais contratados) e políticos (transição de sistema político - republicano para ditatorial). Neste sentido, o sucesso das novas culturas de alto rendimento funciona como charneira entre os modos e práticas anteriormente experimentados e os exemplos mais evoluídos e realizados das roças de São Tomé (Empresas Água Izé, Rio do Ouro, Monte Café, entre outras).



Figura 5 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].



Figura 6 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].



Figura 7 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].



Figura 8 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto - Diferentes momentos de investimento [IICT].

A configuração de um sistema de especialização revela-se ainda mais interessante uma vez que as conclusões primárias da investigação sugerem a presença de transversalidade deste processo às várias escalas de actuação, estabelecendo relações directas de causa e efeito. Assim, é possível observar factores de transformação concertados desde a escala do território, passando pela escala do assentamento e terminando na escala do edificado.



Figura 9 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto [IICT].



Figura 10 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto [IICT].



Figura 11 - Roça Rio do Ouro - Actual Agostinho Neto [IICT].

Ao nível do território, o inicial alto rendimento das novas culturas originou uma corrida às áreas de plantação, fomentando a expansão das lógicas de ocupação. No entanto, a alta volatilidade das cotações destas mesmas culturas, nas primeiras décadas do século XX, originou uma profunda reorganização da estrutura da propriedade. A incerteza do rendimento e as baixas margens de lucro preceituavam, não só a necessidade de grandes extensões de plantação, como um extremo racionalismo do processo de exploração. O resultado traduziu-se num processo de agregação de assentamentos, de pólos unitários em empresas agrícolas de médio e grande calibre, fortemente hierarquizadas e infra-estruturadas. A reorganização potenciou tanto a organização industrial como a organização social à grande escala. Os assentamentos deixam de actuar isolados, dependentes dos cursos de água, e organizam-se em rede, estando cada elemento destinado a uma função específica (plantação, produção e exportação). Também os serviços de carácter assistencial se encontram agora disseminados pelo território e adaptados a este novo paradigma, estando as sedes das empresas encarregues de servir as dependências de um vasto leque de serviços (administração, saúde e educação).

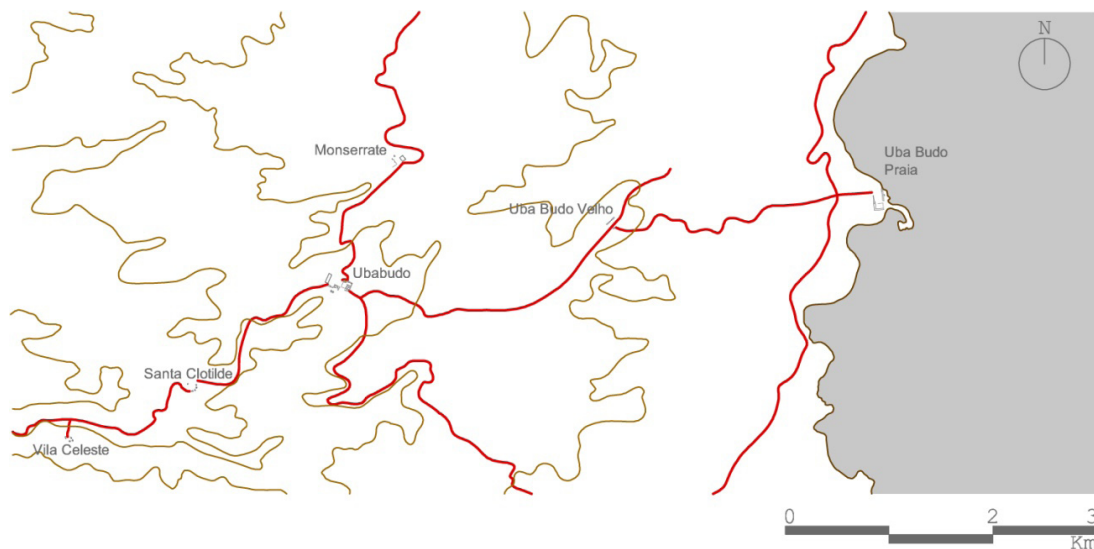


Figura 12 - Mapa Empresa Uba Budo [ASF + HMS].

Ao nível do assentamento, as transformações programáticas resultantes da organização em rede, aliadas a inúmeras conturbações sociais e políticas, correspondem também a profundas alterações dos paradigmas que regem a organização destes espaços. Assim, a reorganização dos assentamentos surge, não só de forma a corresponder aos seus novos desígnios dentro do esquema geral da empresa, mas também em resposta à introdução de novos equipamentos, tanto de carácter social, como industrial. Na sua base está um racionalismo extremo, cujos parâmetros não procuram tanto a coerência, mas principalmente a eficiência, recorrendo ao senso comum, compreendem acima de tudo os objectivos a cumprir.

A atribuição de uma função específica a cada elemento que compõe a rede, provoca profundas mutações à definição desse mesmo elemento. Em suma, verifica-se a transposição de um sistema amplamente experimentado, que respondia a todas as vertentes necessárias a uma matriz de produção auto-suficiente, para vários modelos específicos (plantação, produção e exportação), correspondentes à função desempenhada dentro do esquema geral.

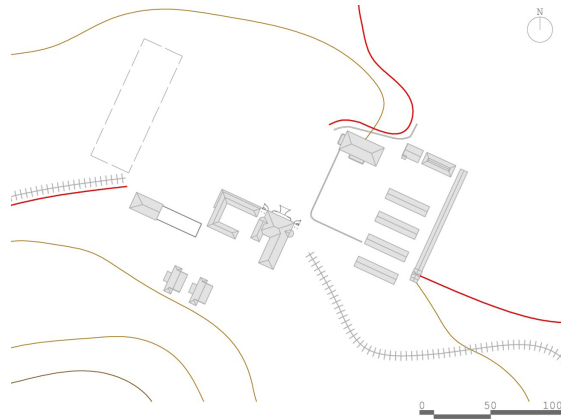


Figura 13 - Planta Geral - Roça Ubabudo Sede [ASF + HMS].

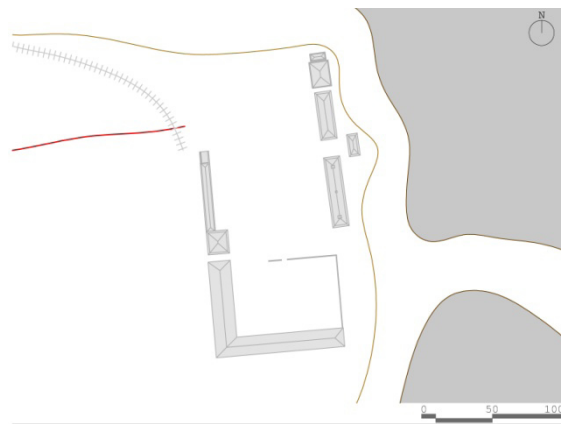


Figura 14 - Planta Geral - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

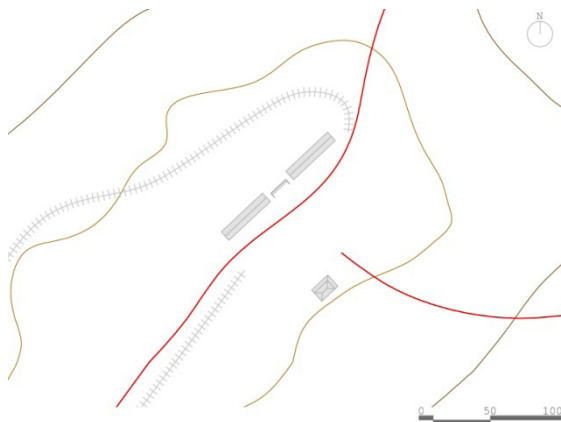


Figura 15 - Planta Geral - Roça Uba Budo Velho [ASF + HMS].



Figura 16 - Planta Geral - Vila Celeste [ASF + HMS].

Às sedes, centros polarizadores de cada empresa, corresponde um esquema complexo composto, tanto por unidades de habitação, como de produção, armazenagem, assistência e por vezes de exportação. Às dependências, correspondem esquemas mais simples, compostos na sua grande maioria, apenas por unidades de habitação. Neste âmbito, é de referir a perda gradual de importância do terreiro na definição da matriz espacial das dependências. Uma vez que estes assentamentos não careciam de um espaço de processamento de matérias-primas, a sua implantação não contemplava a definição espacial de um terreiro, realizando-se a formatura e a organização do trabalho num descampado situado na periferia da roça. Este factor poderá também explicar a utilização, nas dependências, de um sistema de exposição solar díspar das sedes⁹ e das antigas roças¹⁰.

Ainda que de empresa para empresa, as características das estratégias de organização, tanto das sedes, como das dependências, sejam, no seu âmago, semelhantes, é possível associar lógicas de actuação a diferentes empresas e a diferentes hiatos temporais, sugerindo diferentes, mas homogéneos, momentos de investimento.

Também ao nível do edificado é notória a pretensão de abandono de modelos que tiveram por base intenções mais pragmáticas e casuísticas por construções que correspondam aos novos desafios económicos e sociais.



Figura 17 - Alçado Geral - Roça Ubabudo Sede [ASF + HMS].

⁹ Nas quais o terreiro influencia directamente a definição do espaço.

¹⁰ Nas antigas roças de São Tomé e Príncipe, assim como acontecia nas fazendas do Brasil, a orientação solar era definida de forma a maximizar a exposição solar do terreiro.

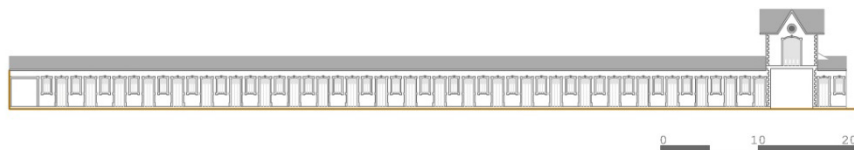


Figura 18 - Alçado da Sanzala - Roça Ubabudo Sede [ASF + HMS].

Assistimos, de uma forma geral, não só à transposição de um sistema de construção baseado na madeira para as alvenarias de pedra, tijolo e bloco, mas também à transformação dos paradigmas que regem a organização dos edifícios. Assim, onde se procura a economia de meios e a prontidão de construção, normalmente nas habitações destinadas aos serviçais (sanzala) e nas infra-estruturas de apoio à produção (armazéns, secadores, oficinas) revela-se um surpreendente rigor associado à sistematização dos processos construtivos e um claro recurso ao uso tipológico.

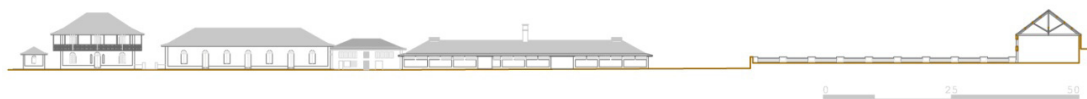


Figura 19 - Alçado Geral - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

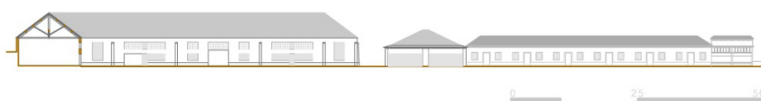


Figura 20 - Alçado Geral - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

Nas construções onde estas condicionantes desvanecem, habitação dos feitores e dos proprietários, bem como nas infra-estruturas de apoio social (hospitais e enfermarias) emerge um investimento na vanguarda das correntes arquitectónicas da época, ainda que muitas vezes pautada uma forte miscigenação de influências.

Tal como acontecia na organização dos assentamentos, também na definição do edificado é possível agrupar, dentro do âmbito de cada empresa, diferentes momentos de investimento, numa clara tentativa de resposta a diferentes condicionantes socioculturais.

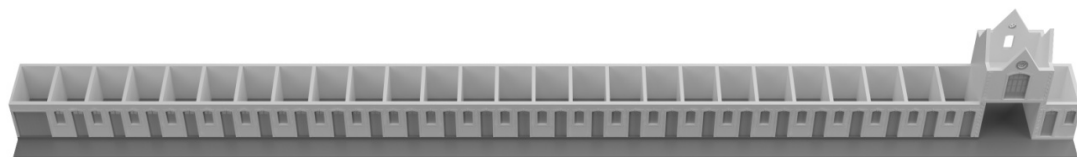


Figura 21 - Modelo da Sanzala - Roça Uba Budo Sede [ASF + HMS].

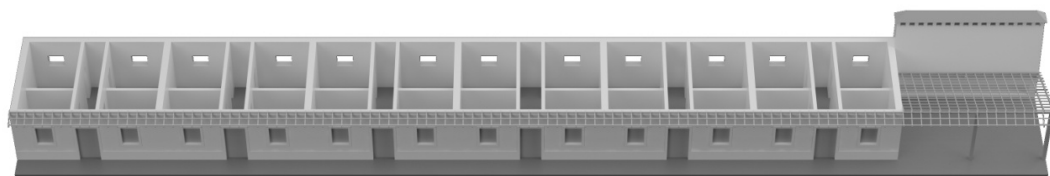


Figura 22 - Modelo da Sanzala - Roça Uba Budo Praia [ASF + HMS].

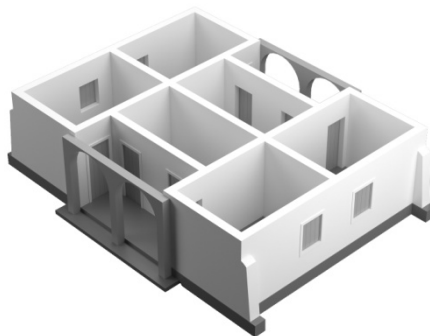


Figura 23 - Modelo da Sanzala - Roça Vila Celeste e Santa Clotilde [ASF + HMS].

Agradecimentos

A presente investigação conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), sob a forma de Bolsa de Doutoramento do primeiro autor, sem a qual o actual plano de estudo não seria possível.

Agradece-se à Arquitecta Ana Silva Fernandes, Doutoranda pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, (referenciada como ASF), tanto pela realização conjunta dos levantamentos arquitectónicos das Empresas Agrícolas de São Tomé e Príncipe, como por todo o apoio e disponibilidade demonstradas no decurso da presente investigação.

Iconografia

[ASF] - Ana Silva Fernandes

[IICT] - Instituto de Investigação Científica e Tropical

[HMS] - Hugo Machado da Silva

Referências

Alves, Carlos Castro (2008). *São Tomé - Ponto de Partida*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações e Instituto Marquês de Vale Flor.

Campos, Ezequiel (1907). *Caminho de ferro do Norte da Ilha de S. Thomé. Elementos do Projecto do 1º traço: Cidade - Cruzeiro da Trindade*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editora.

- Campos, Ezequiel (1912). *Obras Publicas de S. Thomé. Plano de melhoramentos locais. Projectos de leis*. Lisboa: Livraria Ferin.
- Campos, Ezequiel (1920). *A revalorização agrícola da Ilha de S. Thomé. Subsídios para a Política Colonial*. Vila Nova de Famalicão: Edição do autor, Typographia Minerva.
- Costa, Alexandre Alves (2007). *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*. Porto: FAUP Publicações.
- Fernandes, José Manuel (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Garfield, Robert (1971). *A History of Sao Tome Island, 1470-1655: The Key to Guinea*. São Francisco: Mellen University Press.
- Henriques, Isabel Castro (2000). *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*. Lisboa: Veja.
- Hodges, Tony & Newitt, Malyn (1988). *São Tome and Príncipe: From Plantation Colony to Microstate*. Westview.
- Lima, João Abreu, Guedes, Manuel Sousa & Guedes, Sebastião Sousa (1987). *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Fundação Amaro da Costa. (não publicado).
- Mantero, Francisco (1910). *A mão dobra em S. Thomé e Príncipe*. Lisboa.
- Moura, Denise (2003). *São Tomé e Príncipe: Roças, Hierarquias e Quotidianos Brancos (1820 – 1975)*, Mestrado em História de África, Universidade de Lisboa Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa.
- Nascimento, Augusto (2008). *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio.
- Nascimento, Augusto (2002). *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe: de finais de oitocentos a meados de novecentos*. Lousã: Tipografia Lousanense,
- Negreiros, Almada (1895). *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos.
- Negreiros, Almada (1909). *L'instruction dans les Colonies Portugaises*. Bruxelles: Institut Colonial International.
- Seibert, Gerhard (2002). *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. 2ª Edição. Lisboa: Vega.
- Silva, Hélder Lains e (1958). *São Tomé e Príncipe e a cultura do café Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- Rossa, Walter (2002). *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Tenreiro, Francisco (1949). *A agricultura na Ilha de S. Tomé: suas relações com as condições geográficas, a colonização e a economia em geral: Congrès International de Géographie* Lisboa: Union Geographique Internationale.

Tenreiro, Francisco (1961a). A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé. Garcia de Orta. *Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, 9 (3), pp. 649-656.

Tenreiro, Francisco (1961b). *A ilha de São Tomé: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*. Lisboa: Ministério do Ultramar.